



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

NOTA TÉCNICA Nº 03/2013 – SADP (Atualizada)

SOLICITANTE	Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge – Coordenadora da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão
EMENTA	Informações sobre as ações do MPF referentes aos crimes de redução a condição análoga à de escravo.

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista a solicitação da Excelentíssima Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge – Coordenadora da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, em 31/01/2013, foi elaborada a presente Nota Técnica, que complementa as informações já apresentadas nas Notas Técnicas nº 01 e 02/2013 – SADP.

Os dados adicionais solicitados são os seguintes:

- 1) Inquéritos policiais, instaurados em 2010, 2011, 2012 e 2013, referentes aos crimes de redução à condição análoga à de escravo, frustração de direitos trabalhistas e aliciamento de trabalhadores (trabalho escravo);
- 2) Ações penais, autuadas em 2010, 2011, 2012 e 2013, referentes aos crimes de redução à condição análoga à de escravo, frustração de direitos trabalhistas e aliciamento de trabalhadores (trabalho escravo); e
- 3) Processos em fase de Execução Criminal, autuados em 2010, 2011, 2012 e 2013, referentes aos crimes de redução à condição análoga à de escravo, frustração de direitos trabalhistas e aliciamento de trabalhadores (trabalho escravo).

Os dados já apresentados nas Notas Técnicas anteriores, e também presentes nesta, são:

- Procedimentos extrajudiciais instaurados, em 2010, 2011 e 2012, referentes aos crimes de redução à condição análoga à de escravo, frustração de direitos trabalhistas e aliciamento de trabalhadores (trabalho escravo);
- Procedimentos extrajudiciais em andamento referentes aos crimes de redução à condição análoga à de escravo, frustração de direitos trabalhistas e aliciamento de trabalhadores (trabalho escravo);
- Inquéritos policiais em andamento referentes aos crimes de redução à condição análoga à de escravo, frustração de direitos trabalhistas e aliciamento de trabalhadores (trabalho escravo);

2. SISTEMA DE COLETA DOS DADOS

Para extração dos dados foram utilizados os seguintes relatórios no Sistema ÚNICO, publicados no Gerador de Consultas (GCONS):

- 8499 – Aa Instaurados por Tema/Assunto Cnmp (Sintético).
- 8500 – Aj/Ipl em Andamento/Finalizado por tema Cnmp (Analítico);

3. OBSERVAÇÃO

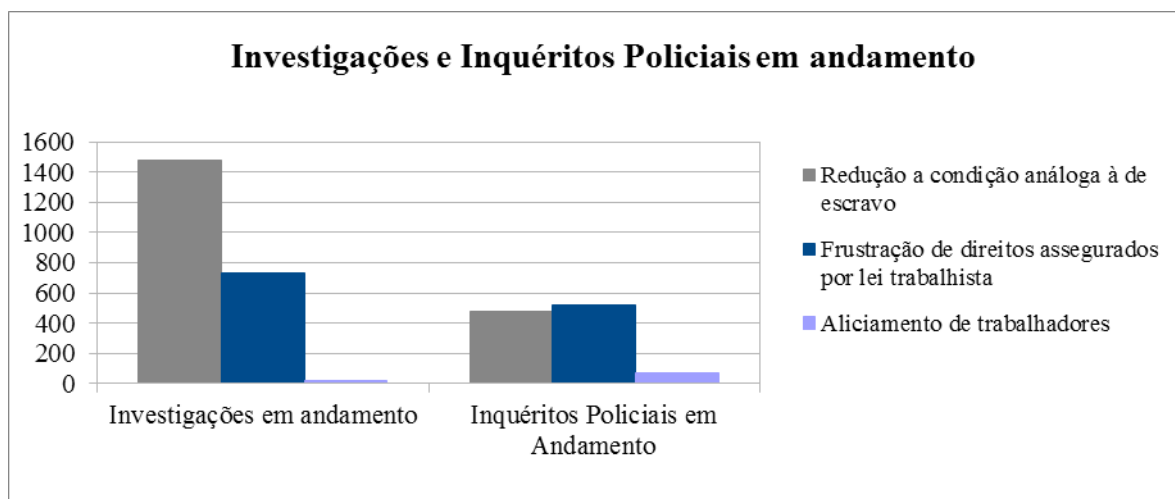
Os dados foram coletados pela própria 2ª Câmara, conforme orientações emitidas pela SEJUD, através do memorando nº 008/2014 – SEJUD.

4. DADOS COLETADOS - Investigações e Inquéritos Policiais em andamento

Unidades da Federação	Redução a condição análoga à de escravo (art.149)		Frustração de direitos assegurados por lei trabalhista (art.203)		Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional (art.207)	
	Investigações em andamento*	Inquéritos Policiais em Andamento	Investigações em andamento*	Inquéritos Policiais em Andamento	Investigações em andamento*	Inquéritos Policiais em Andamento
Acre	11	2		5		
Alagoas	14	5	9	11		1
Amazonas	33	11	4	2		1
Amapá	3	2		2		
Bahia	46	12	15	12		2
Ceará	4	2	1	7	1	
Distrito Federal	38	5	5	4		
Espírito Santo	16	2	6	5		1
Goiás	75	34		8		5
Maranhão	79	18	12	3		3
Minas Gerais	174	51	56	29	1	4
Mato Grosso do Sul	39	22	3	15		1
Mato Grosso	135	58	4	5	1	7
Pará	295	39	13	18		2
Paraíba	5	1	3	2		
Pernambuco	30	12	14	10	2	1
Piauí	34	14	3	10	1	3
Paraná	71	26	56	15	1	5
Rio de Janeiro	21	13	77	118	1	3
Rio Grande do Norte	6		6	7		1
Rondônia	52	11	7	2		2
Roraima	2	1	1			
Rio Grande do Sul	36	20	15	20	2	4
Santa Catarina	38	18	49	19	1	6
Sergipe	1	1	1	4	2	3
São Paulo	125	83	356	173	11	12
Tocantins	97	17	12	15		2
Total	1480	480	728	521	24	69

Fonte: Gcons - Sistema Único

Investigações em andamento: os critérios utilizados para gerar essas informações foram procedimentos administrativos, peças informativas, procedimentos investigatórios criminais e inquéritos civis públicos.



Redução à condição análoga à de escravo (art.149)

Unidades da Federação	Procedimentos Extrajudiciais Instaurados				Inquéritos Policiais Instaurados				Ações Penais Autuadas*				Execução Criminal Autuadas** ***			
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
Acre		2	4	5	1		1		1		1					
Alagoas		4	1	9		1	1	3		1	1					
Amapá	1			2				2			1					
Amazonas		11	12	10	1	2	6	2		6		2				
Bahia		2	16	28		2	4	6	1	3	4	6				
Ceará			1	3		1		1			2					
Distrito Federal		1	10	27			3	2	2	5	3	1				
Espírito Santo	4	1	3	8		2			2	2	1	1				
Goiás	1	12	19	43	1	9	15	9	2	8	2	8				
Maranhão	2	16	26	35	5	3	8	2	4	8	10	4				
Mato Grosso	11	41	20	63	4	19	20	15	15	29	20	10				
Mato Grosso do Sul		1	3	35		2	9	11	3	1	3	2				
Minas Gerais	21	47	46	60	5	12	20	14	1	7	11	8				
Pará	11	94	69	121	2	8	17	12	14	50	44	18				
Paraíba		2		3				1				1				
Paraná		16	15	40	2	6	7	11	1	6	5	4				
Pernambuco	1	4	9	16	1	3	2	6	2	2		3				
Piauí	3	6	15	10		3	6	5	1	2	1					
Rio de Janeiro	1	3	4	13	3	2	3	5	2	1	5	1				
Rio Grande do Norte	1			5					1							
Rio Grande do Sul	1	5	19	11		1	9	10		3	7					
Rondônia	3	3	14	32		1	4	6		2	7	12				
Roraima	1	1			1				2	1						
Santa Catarina		6	20	12	2	4	5	7		10	15	12				
São Paulo		19	34	72	6	13	25	39	4	6	1	1				
Sergipe			1				1			1	1					
Tocantins	11	17	30	39			1	16	1	2	8	7				
Total	73	314	391	702	34	94	167	185	59	156	153	101	0	0	0	0

Fonte: Gcons - Sistema Único

* Classe CNJ nº 281 (Procedimento Comum). Abrange as classes Ação Penal – Procedimento Ordinário, Ação Penal – Procedimento Sumário e

Ação Penal – Procedimento Sumaríssimo

** Classe CNJ nº 385 (Execução Criminal). Abrange as execuções de pena privativa de liberdade, restritivas de direitos e pena de multa

*** O Sistema Único contém informações sobre processos em trâmite na Justiça Federal, onde o MPF atua. Todavia, atualmente, cabe à Justiça Estadual a execução da pena imposta pela Justiça Federal, quando cumprida em estabelecimentos prisionais sujeitos à administração estadual, nos termos da Súmula 192/STJ".

Frustração de direitos assegurados por lei trabalhista (art.203)

Unidades da Federação	Procedimentos Extrajudiciais Instaurados				Inquéritos Policiais Instaurados				Ações Penais Autuadas*				Execução Criminal Autuadas**			
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
Acre						2	2	1								
Alagoas		2	4	3		2	3	6		1						
Amapá								2		1						
Amazonas		2	1	1		1		1								
Bahia		5	4	6		6	3	3			2	2				
Ceará			1		2	2	2	1								
Distrito Federal		2	1	2			1	3				1				
Espírito Santo		1	3	2		1	2	2			2					
Goiás						3	4	1				2				
Maranhão		4	7	1			3			1		1				
Mato Grosso		2		2		3	1	1	1	2		1				
Mato Grosso do Sul			2	1		4	8	3			1					
Minas Gerais	3	9	31	13	1	6	15	7		2	4	5				
Pará		2	8	3		6	7	5	1	9	16	2				
Paraíba				3		2			1							
Paraná		18	23	15	1	1	6	7			1					
Pernambuco		3	7	4		3	4	3		1						
Piauí				3			6	4			1					
Rio de Janeiro		14	36	27	16	29	40	33	1		1					
Rio Grande do Norte		1	3	2		2	3	2		1	1	7				
Rio Grande do Sul		5	3	7	1	3	5	11	1	8	4	4				
Rondônia		1	1	5		1		1								
Roraima				1												
Santa Catarina		12	15	22		5	9	5		7	4	1				
São Paulo		70	180	106	34	24	54	61	2		1					
Sergipe		1				1	1	2								
Tocantins			1	11			1	14		2	1	3				
Total	3	154	331	240	55	107	180	179	7	35	39	29	0	0	0	0

Fonte: Gcons - Sistema Único

* Classe CNJ nº 281 (Procedimento Comum). Abrange as classes Ação Penal – Procedimento Ordinário, Ação Penal – Procedimento Sumário e

Ação Penal – Procedimento Sumaríssimo

* Classe CNJ nº 385 (Execução Criminal). Abrange as execuções de pena privativa de liberdade, restritivas de direitos e pena de multa.

*** O Sistema Único contém informações sobre processos em trâmite na Justiça Federal, onde o MPF atua. Todavia, atualmente, cabe à Justiça Estadual a execução da pena imposta pela Justiça Federal, quando cumprida em estabelecimentos prisionais sujeitos à administração estadual, nos termos da Súmula 192/STJ".

Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional (art.207)

Unidades da Federação	Procedimentos Extrajudiciais Instaurados				Inquéritos Policiais Instaurados				Ações Penais Autuadas*				Execução Criminal Autuadas** ***			
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013
Acre										1						
Alagoas								1			1					
Amapá																
Amazonas							1									
Bahia						2				1		1				
Ceará			1													
Distrito Federal																
Espírito Santo							1		2			1				
Goiás						1	3	1		1		2				
Maranhão						1	2		2	1						
Mato Grosso			1			3	2	2	1	2		1				
Mato Grosso do Sul							1									
Minas Gerais			1				2	2	1	4	3	3				
Pará							1	1		1						
Paraíba																
Paraná			1		3			2	1							
Pernambuco				2	1											
Piauí				1			3			2						
Rio de Janeiro		1			1	1		1	1							
Rio Grande do Norte								1			1					
Rio Grande do Sul			2				1	3		1						
Rondônia					1			1								
Roraima																
Santa Catarina		1			1	1	4				7					
São Paulo		2	5	4	1	5	2	4								
Sergipe		2				1	1	1		1		1				
Tocantins							1	1		1		2				
Total	0	6	11	7	8	15	25	21	8	16	12	11	0	0	0	0

Fonte: Gcons - Sistema Único

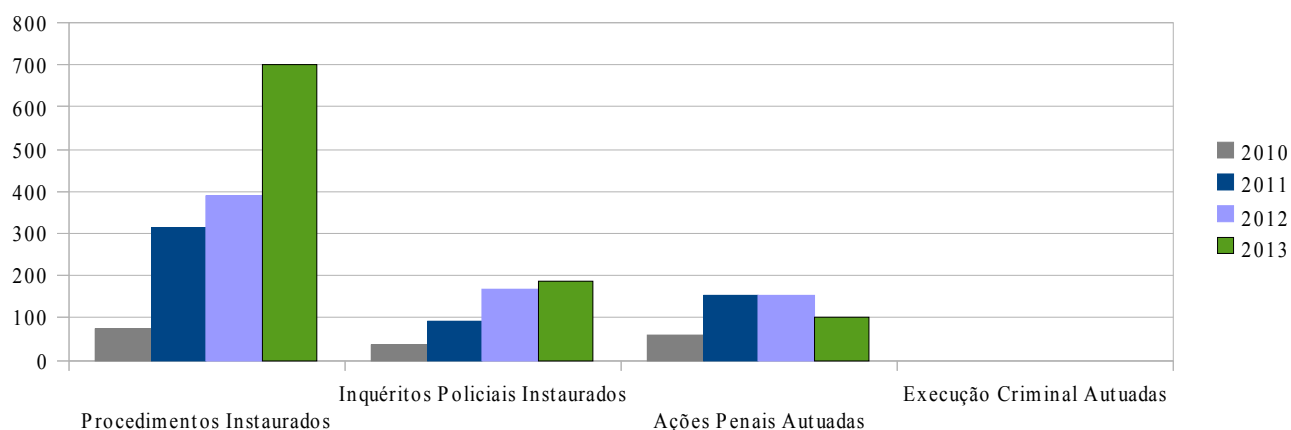
* Classe CNJ nº 281 (Procedimento Comum). Abrange as classes Ação Penal – Procedimento Ordinário, Ação Penal – Procedimento Sumário e

Ação Penal –Procedimento Sumaríssimo

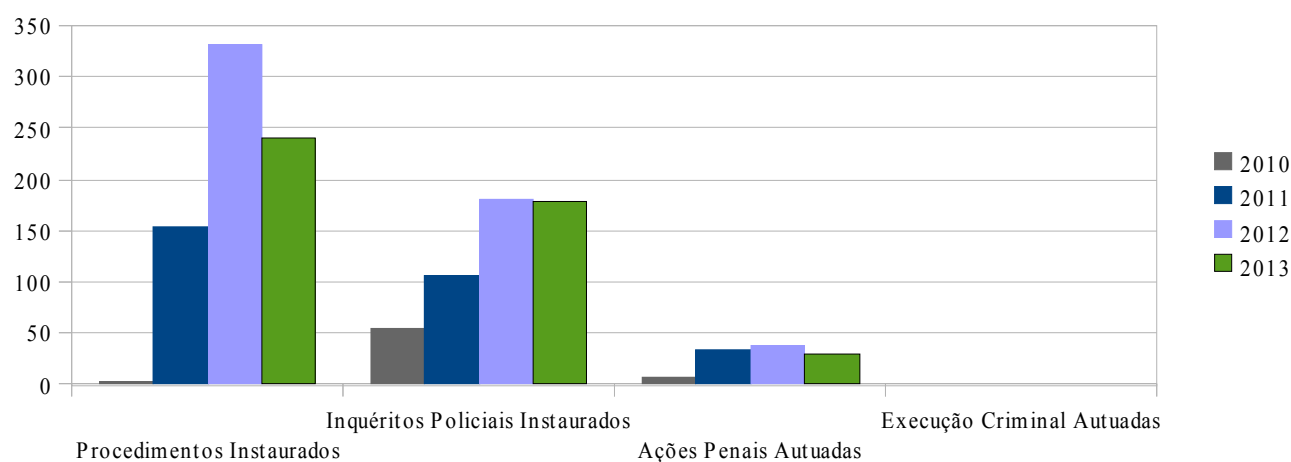
** Classe CNJ nº 385 (Execução Criminal). Abrange as execuções de pena privativa de liberdade, restritivas de direitos e pena de multa.

*** O Sistema Único contém informações sobre processos em trâmite na Justiça Federal, onde o MPF atua. Todavia, atualmente, cabe à Justiça Estadual a execução da pena imposta pela Justiça Federal, quando cumprida em estabelecimentos prisionais sujeitos à administração estadual, nos termos da Súmula 192/STJ".

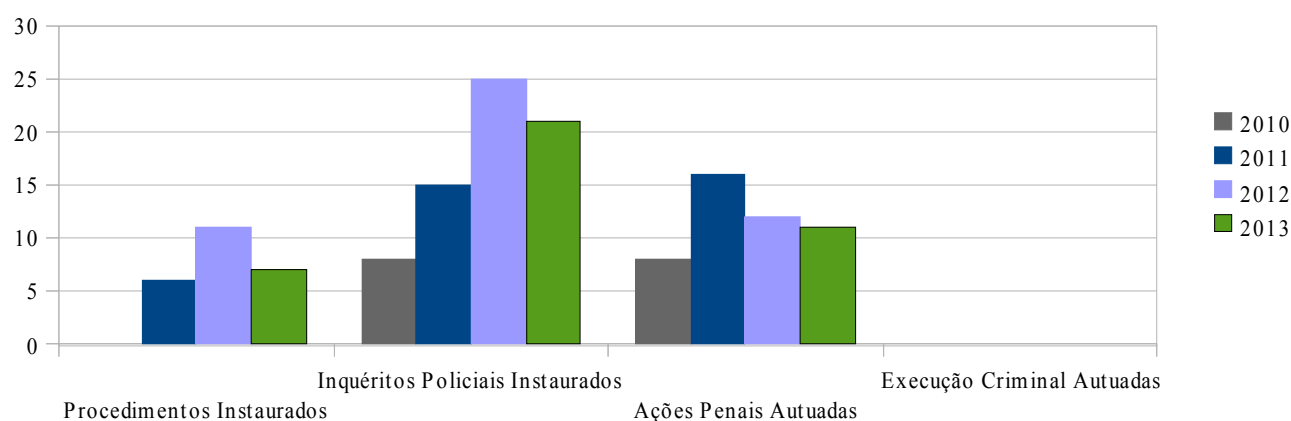
Redução a condição análoga à de escravo (art. 149)



Frustração de direitos assegurados por lei trabalhista (art.203)



Aliciamento de trabalhadores de um local para o outro do território nacional (art.207)



É a Nota.

Brasília, 21 de janeiro de 2014.

Fabício da Silva Barbosa
Assessor Administrativo – 2ª CCR